



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Divisão de Conselhos/Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 003/2017/Ordinária/ConsUni

1 Aos 3 dias do mês de outubro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Bloco
2 A, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos
3 Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a III sessão ordinária do Conselho
4 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada e presidida pelo
5 magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto
6 Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alberto Sanyuan
7 Suen, representante suplente docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais
8 Aplicadas (CECS); Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Ana Cláudia
9 Andreotti, representante suplente discente de pós-graduação; André Ricardo Oliveira da
10 Fonseca, representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição
11 (CMCC); Annibal Hetem Júnior, diretor do CECS; Arilson da Silva Favareto, representante
12 docente do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante suplente docente do
13 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Bruno da Rocha Rodrigues Costa,
14 representante discente de graduação; Carlos Eduardo Ferreira Machado, representante suplente
15 discente de graduação; Cedric Rocha Leão, representante docente do CECS; Charles Morphy
16 Dias dos Santos, representante docente do CCNH; David Correa Martins Junior, representante
17 suplente docente do CMCC; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais
18 de Sá, representante docente do CCNH; Fernando Costa Mattos, pró-reitor de assuntos
19 comunitários e políticas afirmativas; Fernando Rocha Nogueira, representante suplente docente
20 do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Giorgio Romano
21 Schutte, representante docente do CECS; Isis Mustafá de Assis, representante discente de
22 graduação; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Jeroen Schoenmaker,
23 representante docente do CECS; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Júlio
24 Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Kleber Ferreira, representante dos técnicos
25 administrativos; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto de graduação; Leonardo Lira Lima,
26 representante dos técnicos administrativos; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de
27 pesquisa; Maria Isabel Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Mauro
28 Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Paloma Breit dos Santos, representante
29 discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos
30 administrativos; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante docente do CMCC;
31 Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, representante docente do CCNH; Ronei Miotto, diretor
32 do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatiana Lima
33 Ferreira, representante docente do CMCC; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de
34 planejamento e desenvolvimento institucional e Yossi Zana, representante docente do CMCC.
35 **Ausências justificadas**: Luís Paulo Bresciani, representante da comunidade civil. **Ausentes**:
36 Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil e Max Mario
37 Fuhlendorf, representante discente de pós-graduação. **Não votantes**: Alice de Paula Gonçalves,
38 discente; Anapátricia de Oliveira Morales Vilha, docente; Deonete Rodrigues Nagy, técnica
39 administrativa da Pró-Reitoria de Graduação; Flávio Rocha, docente; Patrícia Muritiba, docente;
40 Soraya Cordeiro, secretária-geral e Vanderli Correia Prieto, docente. **Apoio administrativo**:

41 Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos e Natália
42 Paranhos, assistentes em administração e Thiene Pelosi Cassiavillani secretária executiva da
43 Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a
44 sessão às 14h20, passando a palavra para a secretária-geral, Soraya, que explica sobre os
45 procedimentos para utilização dos novos microfones. **Informes da Reitoria:** 1) professor Klaus
46 justifica a ausência do professor Dácio Roberto Matheus, vice-reitor, que está afastado em
47 período de campanha para concorrer nas eleições para Reitoria. No ensejo, convida professor
48 Ronei Miotto para compor a Mesa; 2) informa que, na próxima semana, dia 10 de outubro, terça-
49 feira, ocorrerá a primeira continuação da presente sessão. Porém, tal reunião terá início às 16h,
50 uma vez que a Reitoria recepcionará diversas autoridades naquela data, às 14h. Ainda, a
51 continuação seguinte da sessão ocorrerá no dia 9 de novembro, quinta-feira, às 14h; 3) informa
52 sobre a triste notícia do falecimento do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
53 professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Explica que o reitor cometeu suicídio e, antes de
54 concretizar essa escolha, relatou que isso se deveu aos acontecimentos que levaram a sua prisão.
55 Professor Klaus afirma que foi publicada na grande mídia a acusação de que o reitor teria
56 participado de desvios de recursos da ordem de 80 milhões de reais. Porém, o reitor Cancellier
57 declarou firmemente sua inocência, apontando que o que estava sob investigação havia
58 acontecido há anos e que ele havia assumido a Reitoria da UFSC apenas no ano de 2016.
59 Afirmou, ainda, que, apesar de sua inocência e colaboração com as investigações, foi preso, e
60 que essa prisão foi amplamente divulgada, o que prejudicou sua reputação de maneira
61 irreparável. Professor Klaus acrescenta que a Associação Nacional dos Dirigentes das
62 Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do dia anterior, 2 de outubro, declarou três
63 dias de luto pelo reitor Cancellier. Como manifestação do luto das universidades federais,
64 professor Klaus solicita que se faça um minuto de silêncio em homenagem ao reitor. Após a
65 homenagem, professor Klaus solicita à Soraya que leia a Nota de Pesar da Andifes [cuja íntegra
66 encontra-se disponível no Anexo I desta ata]. Após a leitura, professor Klaus afirma que, caso o
67 Conselho julgue pertinente, a UFABC poderá subscrever a Nota. Em discussão, menciona-se que
68 o processo de redemocratização do país foi interrompido, considerando-se terrível o ocorrido na
69 UFSC e solicitando-se que a UFABC não adote o mesmo estado policaresco que ocorre fora de
70 seus muros. Conclama-se para que o Ministério Público Federal não seja acionado
71 indiscriminadamente. Ainda, solicita-se que a Nota seja publicizada no site da UFABC.
72 Ademais, propõe-se que a UFABC subscreva a Nota, conforme sugerido por professor Klaus. A
73 Mesa acata a proposta, entendendo que o Conselho subscreve a nota da Andifes e informando
74 que ela será publicada no site da UFABC; 4) Soraya informa que serão realizadas eleições para
75 escolha dos novos conselheiros da categoria discente. Acrescenta que, para isso, o ConsUni
76 necessitará homologar a composição da Comissão Eleitoral, cuja composição será proposta pela
77 Secretaria-Geral na reunião do dia 10 de outubro; e 5) a secretária-geral ainda informa haver
78 alguns equívocos na convocação encaminhada aos Conselheiros para a presente sessão e passa a
79 palavra para a chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane, que explica que, nos itens 4, 5 e 6 da
80 Ordem do Dia, onde se lê “Resolução” deve-se ler “Ato Decisório”. Ainda, no item 13 da Ordem
81 do Dia, a chamada deve ser “Criação das Licenciaturas Interdisciplinares”, não “Resultado do
82 Edital Reitoria nº 59/2016 chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de
83 licenciatura na UFABC”. **Informes dos Conselheiros:** 1) professor Ronei Miotto informa que o
84 curso de Licenciatura em Filosofia passou por avaliação do Ministério da Educação (MEC) e
85 obteve nota 5. Parabeniza o corpo docente do curso, os alunos, e todos que contribuíram para a



86 obtenção da nota; 2) professor Alexandre Kihara comunica que foi divulgado, no dia 19 de
87 setembro, o resultado da avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
88 de Nível Superior (CAPES), que conceitua os programas de pós-graduação de todo o país.
89 Acrescenta que dos 22 (vinte e dois) programas avaliados, 6 (seis) obtiveram aumento em seus
90 conceitos e apenas 1 (um) obteve um conceito menor: os programas Ciência e
91 Tecnologia/Química, Nanociências e Materiais Avançados, Energia, Ensino e História das
92 Ciências e da Matemática passaram a ter nota 5. Ainda, o Mestrado do programa Ciência da
93 Computação passou a ter nota 4, o que também ocorreu com o Mestrado em Biotecnologia.
94 Ressalta que tais resultados representaram a melhor avaliação da história da UFABC. Parabeniza
95 todos os envolvidos nos programas e todos os esforços dos que se envolveram em atividades de
96 pós-graduação desde o início da Universidade até o momento. Professor Klaus parabeniza todos
97 os coordenadores dos programas que tiveram suas notas aumentadas, bem como os
98 coordenadores da Licenciatura em Filosofia. Informa que a mensagem de parabéns também foi
99 manifestada no último editorial do *Comunicare*, em que destacou a resiliência da UFABC, que
100 consegue melhorar suas avaliações mesmo em um cenário de profunda crise econômica e
101 política. Ainda, na edição anterior do editorial, informa que a havia escrito sobre os riscos da
102 judicialização dos debates internos que poderiam ser resolvidos por meio de uma conversa
103 racional e que acabam por ocupar os órgãos e instâncias internas de controle; 3) professor
104 Giorgio Romano informa ter tido início, nesta data, a III Semana de Relações Internacionais,
105 evento organizado pela UFABC em conjunto com a Universidade Federal de São Paulo
106 (Unifesp). Acrescenta que o evento ocorre anualmente com sede alternada entre as
107 universidades. Convida todos a participarem das atividades, que serão realizadas no Bloco Beta,
108 em São Bernardo do Campo. Em relação ao informe de professor Alexandre Kihara, comenta
109 que o rebaixamento da nota do Doutorado do Programa de Ciências Humanas e Sociais (PCHS)
110 foi inesperado e implica em seu descredenciamento, porém, há um indicativo de receptividade do
111 Comitê Interdisciplinar da CAPES em realizar uma nova avaliação. Afirma estar certo de que,
112 com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG), o PCHS manterá seu Doutorado.
113 Professor Kihara informa haver, ainda, um prazo para recurso, o que será realizado. Ainda,
114 outros programas que mantiveram suas notas entrarão com recurso por acreditar que as notas
115 podem ser melhoradas. Professor Gilberto Maringoni esclarece que o programa possuía nota 4
116 (quatro). Porém, o mestrado foi rebaixado para 3 (três) e o doutorado para 2 (dois), o que
117 acarreta no descredenciamento deste. Uma comissão foi montada para examinar o ocorrido e
118 verificou-se ter havido um equívoco na contagem de publicações dos docentes e, ainda, a entrada
119 de novos docentes no programa, no último ano, fez com que a relação entre orientadores e
120 orientandos se tornasse baixa excepcionalmente nesse período. Desse modo, o programa entrará
121 com um recurso e está certo de que o descredenciamento será suspenso; 4) professor Fernando
122 Costa Mattos solicita que o único item da pauta suplementar, “Minuta de ato decisório que
123 suspende o efeito do inciso V do parágrafo 2º, do Art. 1º da Resolução ConsUni nº 121, de 30 de
124 setembro de 2013.” seja promovido à Ordem do Dia, uma vez que ele interfere no Edital de
125 Ingresso 2018, que deve estar finalizado entre os meses de outubro e novembro. Professor Klaus
126 questiona se algum conselheiro se opõe. Nesse momento, professor Alberto Suen passa a palavra
127 à professora Anapátricia de Oliveira Morales Vilha, que solicita a premência na análise do item
128 11 da Ordem do Dia, “Proposta da Agência de Inovação ao Programa de Apoio à Propriedade
129 Intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)”, uma vez que
130 há um problema em relação a prazos, por conta do calendário da FAPESP. Ainda, o



representante discente, Bruno Costa, solicita a apreciação do item 13 da Ordem do Dia, “Criação das Licenciaturas Interdisciplinares” como primeiro item da pauta, uma vez que houve bastante discussão e análise anterior acerca do assunto. Após as solicitações, professor Giorgio Romano opõe-se à alteração da ordem dos itens na pauta, uma vez que diversos docentes do curso de Relações Internacionais não poderão permanecer na reunião por conta do evento que será realizado no *campus* São Bernardo do Campo. Ainda, professor Edson Pimentel manifesta-se contrariamente à análise do item 13 da Ordem do Dia no início da reunião, uma vez que considera prudente que a apreciação do Projeto Pedagógico Institucional da UFABC ocorra antes da criação das Licenciaturas Interdisciplinares. Após discussões, professor Klaus explica que o remanejamento de itens dentro de uma mesma seção da pauta é prerrogativa da Presidência do Conselho e questiona se algum conselheiro se opõe à promoção do item da pauta suplementar à Ordem do Dia. Não sendo o caso, informa que os itens serão apreciados na seguinte ordem: i) ata da II sessão ordinária de 2017, realizada nos dias 27 de junho e 18 de julho de 2017; ii) ata da I sessão extraordinária de 2017, realizada no dia 4 de julho de 2017; iii) ata da II sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada no dia 25 de julho de 2017; iv) minuta de ato decisório de criação do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais; v) minuta de ato decisório de criação do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção; vi) minuta de ato decisório de criação do programa de Pós-Graduação em Administração; vii) minuta de ato decisório que suspende o efeito do inciso V do parágrafo 2º, do Art. 1º da Resolução ConsUni nº 121, de 30 de setembro de 2013; e viii) proposta da Agência de Inovação ao Programa de Apoio à Propriedade Intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); e 5) a representante discente de graduação, Paloma, informa a respeito do desligamento de alunos, publicado no Boletim de Serviço nº 685, de 22 de setembro de 2017. Afirma que um recurso contra o desligamento foi encaminhado à Comissão de Graduação (CG) e negado. Argumenta que, com essa decisão, a UFABC desrespeita os princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que desconsiderou elementos relevantes referentes aos casos dos alunos desligados, os quais eram de conhecimento apenas da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) e não da Comissão Mista que deliberou acerca dos casos, conforme preconiza a Resolução ConsEPE nº 166, que normatiza o desligamento dos alunos por decurso dos prazos máximos para progressão e integralização nos cursos de graduação. Ainda, menciona que a Resolução ConsEPE nº 166 é frágil, pois permite interpretações diversas. Explica haver casos em que uma diferença de 4 (quatro) créditos determinou o desligamento ou não de discentes e que não foram levadas em consideração questões de saúde e de trabalho. Ainda, menciona o Art. 57 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: “O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.”. Clama por respeito aos discentes e solicita que haja uma recomendação ao ConsEPE para que reveja a Resolução ConsEPE nº 166, uma vez que a Corregedoria, em seu Juízo de Admissibilidade nº 39/2017, publicado no Boletim de Serviço nº 689, de 3 de outubro de 2017, apontou diversas falhas na normativa. Professor Leonardo Steil afirma que a solicitação de recurso não foi acolhida pela CG porque a Resolução ConsEPE nº 166 não prevê uma nova instância de recurso, conforme parágrafo 2º do Art. 8º: “O recurso será julgado por comissão mista, composta pelo menos por um docente, um técnico-administrativo e um discente, selecionados dentre os membros da Comissão de Graduação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias letivos após sua nomeação, e o resultado será publicado no Boletim de Serviço da UFABC, sem possibilidade de novo recurso”. Ainda, ressalta que a



176 normativa é de outubro de 2013 e sua primeira aplicação se deu apenas agora, por terem
177 decorrido os 9 (nove) quadrimestres para os ingressantes de 2014. Acrescenta que os critérios da
178 Resolução são muito objetivos e claros e, inicialmente, 147 (cento e quarenta e sete) discentes
179 foram desligados, dos quais 110 (cento e dez) interpolaram recursos e desses, 81 (oitenta e um)
180 foram deferidos e 29 (vinte e nove) indeferidos. Desse modo, é o entendimento da ProGrad não
181 haver instrumentos legais para uma segunda revisão da decisão tomada pela comissão instaurada.
182 A representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, passa a palavra para a servidora da
183 ProGrad, Deonete, que explica que a DEAT, que realiza apoio pedagógico a alunos, encaminhou
184 a lista de alunos a serem desligados para a Comissão Mista em maio de 2017. Acrescenta que
185 essa Comissão possui um prazo de 90 (noventa) dias para concluir os trabalhos, período no qual
186 se realizam as matrículas em disciplinas e os ajustes de matrícula. Desse modo, foi permitido aos
187 alunos comparecer às aulas por mais um quadrimestre e, ainda, realizar a matrícula para o
188 terceiro quadrimestre de 2017. Porém, a decisão final foi publicada a uma semana do início das
189 aulas, o que, em sua opinião, não foi o mais apropriado, uma vez que, caso soubessem da decisão
190 anteriormente, os discentes poderiam ter realizado inscrição no Exame Nacional de Ensino
191 Médio (ENEM) ou em outra universidade. Prossegue, afirmando que a DEAT, ao verificar o
192 ocorrido e receber reclamações dos discentes, retirou da lista de jubilação quinze deles, alguns
193 com problemas psiquiátricos. Desse modo, questiona a objetividade dos critérios, uma vez que
194 esses casos não são considerados pela Resolução. Quanto à legalidade, menciona a Lei °
195 9.784/1999, outrora mencionada pela discente Paloma, apontando ilegalidade na decisão da
196 UFABC. Ainda, solicita que a data de divulgação da lista de discentes desligados esteja expressa
197 no Calendário Acadêmico, uma vez que a última lista foi publicada em período de recesso.
198 Professor Klaus informa haver assuntos de extrema importância na pauta da reunião e, desse
199 modo, encerra as inscrições para falas a respeito desse tópico. Ainda, recomenda que o assunto
200 seja tratado no ConsEPE e na CG. O representante discente de graduação, Bruno, afirma ter
201 conversado com a pró-reitora de graduação, Paula Tiba, que o orientou, afirmando que a
202 ProGrad apenas respeitara a norma posta. Ainda, ele questiona se a UFABC realmente
203 considerará uma normativa interna que é ilegal. Por fim, questiona a Mesa se há algo que possa
204 ser feito no âmbito do ConsUni. A representante discente de graduação, Isis, passa a palavra à
205 discente Alice de Paula, que informa haver alunos que, mesmo não atingindo os critérios
206 estabelecidos pela Resolução, não foram jubilados. Desse modo, afirma que os alunos não
207 entendem como esses critérios são determinados como base para uma decisão e são utilizados
208 para alguns e não para outros. Acrescenta que nenhum dos alunos jubilados foi chamado para
209 prestar esclarecimentos ou para uma conversa e que a publicação da lista foi durante o recesso.
210 Desse modo, cada um dos discentes jubilados tem o direito de entrar com recurso no ConsEPE e,
211 depois, também no ConsUni. O representante dos técnicos administrativos, Leonardo Lira Lima,
212 apresenta sua interpretação acerca da possibilidade de recurso para os discentes. Ele afirma que o
213 caso permite tanto revisão administrativa, como recurso, uma vez que o recurso administrativo
214 pode se dar pelas vias próprias, em que seria utilizado o trâmite que a Resolução prevê, mas
215 também pelas impróprias, em que a autoridade executiva da ProGrad poderia receber o recurso e,
216 com base na casuística fundamentada, acatá-lo. Afirma, ainda, que a Lei 9.784/1999 permite
217 diversas possibilidades de modo a ajudar os alunos que foram prejudicados. Professor Leonardo
218 Steil esclarece que a DEAT não retirou deliberadamente alunos da lista de jubilação, mas que ela
219 realiza o acompanhamento dos alunos e notifica aqueles que estão em risco de jubilação com
220 antecedência de, ao menos, dois quadrimestres pela via de comunicação oficial, o e-mail



institucional. Ressalta que não se enviam telegramas. Quanto à legalidade da regra, afirma que ela deve ser discutida no ConsEPE e não cabe à ProGrad realizar esse julgamento. Ainda, comenta que o sistema de gestão acadêmica não permite uma análise diversa da que foi realizada, uma vez que há mais de 13.000 (treze mil) alunos na Universidade. Porém, espera que o sistema que está sendo implantado possa alterar esse quadro. Acrescenta que os alunos retirados da lista de jubilação foram aqueles que interpolaram recursos, os quais foram analisados pela Comissão Mista, que entendeu ser possível acatá-los por considerar haver possibilidade de tais alunos concluírem o Bacharelado Interdisciplinar (BI) nos 6 (seis) anos máximos previstos. Afirma que o fato de os discentes terem trazido o tópico ao ConsUni não foi por orientação da CG, mas por iniciativa própria. Quanto ao recurso administrativo, reflete ser necessário um estudo sobre o assunto, de modo a se estabelecer caminhos não previstos anteriormente. Professor Ronei Miotto comenta não haver dúvida acerca das boas intenções da Comissão Mista, porém, não se pode negar instâncias de recurso. Informa que, em conversa com o reitor, verificou ser possível que a solicitação de suspensão da jubilação dos discentes seja colocada como ponto de pauta do ConsEPE, ao que professor Klaus reitera a informação, afirmando se tratar de um assunto de responsabilidade do ConsEPE e recomendando a submissão àquela instância. **Ordem do dia:** Ata da II sessão ordinária de 2017, realizada nos dias 27 de junho e 18 de julho de 2017. Professor Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha comunica ter encaminhado para a Secretaria-Geral a solicitação de pequena alteração na redação referente a sua fala nos informes dos conselheiros. A chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane, informa que a solicitação foi acatada. Não havendo mais comentários, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 1 abstenção. Ata da I sessão extraordinária de 2017, realizada no dia 04 de julho de 2017. Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 2 abstenções. Ata da II sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada no dia 25 de julho de 2017. Não havendo manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 2 abstenções. Minuta de Resolução de criação do programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Professor Alexandre Kihara relata o histórico das discussões do programa, tendo passado pela Comissão de Novos Cursos de Pós-Graduação (CNPJ), Comissão de Pós-Graduação (CPG), pelo Conselho do CECS (ConCECS) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) e em todas as instâncias o curso obteve aprovação e recebeu sugestões para aprimoramento do texto, estando a proposta bem alinhada para a criação. Passa a palavra ao professor Flávio Rocha de Oliveira que apresenta a proposta de criação de mestrado disciplinar em Relações Internacionais com Área de Concentração em Política Internacional. Informa o quadro da pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil e no estado de São Paulo. Apresenta as 3 (três) linhas de pesquisa: “Direitos Humanos”, “Segurança Internacional e Geopolítica” e “PEB e Interação Regional Latino-Americana”. Cita os objetivos-gerais e específicos do programa, bem como seu público-alvo. Finaliza explanando sobre o corpo docente e suas titulações e índice de produtividade. Professor Annibal comunica que o ConCECS avaliou muito bem a proposta e menciona o interesse do Centro na criação do programa. Em discussão, sugerem-se as seguintes propostas de alteração do projeto pedagógico: a) retirar do projeto as menções às ofertas de disciplinas em cada quadrimestre, tendo mais liberdade para as alocações didáticas. Acatada; b) incluir no projeto texto que mencione que o processo seletivo será realizado por edital anual. Acatada; c) retirar do texto os projetos de pesquisa e colocar como anexo do projeto. Acatada. Professor Klaus informa que o plano do curso é de responsabilidade do ConsEPE e se houver alterações no projeto o documento precisa



retornar ao ConsEPE para nova deliberação. Ainda em discussão, questiona-se o impacto no programa de Ciências Humanas e Sociais, que teve sua nota rebaixada na avaliação quadrienal, com o credenciamento de seus docentes também no curso de Relações Internacionais. Nesse sentido é preocupante que os docentes não se dediquem aos dois programas de maneira adequada e as produções sejam diminuídas. A área demandante esclarece que não foi realizado estudo para esse impacto, mas em conversas os docentes credenciados nos dois programas garantiram que se dedicarão de forma igualitária aos dois cursos. Findas as discussões, o ato decisório para a criação do curso é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução de criação do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Professor Alexandre relata que o programa seguiu os trâmites de passagem pela CNPG, CPG, ConsCECS e ConsEPE, sendo aprovado em todas as instâncias. Relata ainda que esse programa já havia sido aprovado pela Universidade, porém, não foi aprovado pela CAPES, por esse motivo a proposta foi totalmente reformulada e está em discussão novamente. Passa a palavra para a professora Vanderli Correia Prieto que agradece a todos pela oportunidade, apresenta os objetivos da proposta e a estrutura do curso que contém sua área de concentração em Engenharia de Produção e as linhas de pesquisa: “Manufatura Avançada, Qualidade e Engenharia de Produto-MAQEP”, “Modelagem, Otimização, Simulação e controle de Sistemas-MOS” e “Gestão de Operações e Logística-GOL”. Apresenta ainda os requisitos para obtenção do grau em Mestre em Engenharia de Produção, a formação do corpo docente, perfil e atuação do corpo docente, produção científica e projetos de pesquisa do corpo docente. Finaliza relatando as melhorias da proposta em relação à anterior. Professor Annibal comunica que o ConCECS avaliou a proposta e menciona o apoio dos docentes e o interesse do Centro na criação do programa. Em discussão são sugeridas as seguintes alterações no texto do projeto: a) na página 17 onde se lê “trabalho de conclusão final” leia-se “dissertação de mestrado”. Acatada; b) alterar na página 41 as numerações dos artigos para numerações de itens. Acatada. As alterações acatadas serão realizadas por meio de Errata do Ato Decisório do ConsEPE que aprovou o Plano de Curso. Sem mais manifestações, o ato decisório para a criação do curso é posto em votação e aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução de criação do programa de Pós-Graduação em Administração. Professor Alexandre apresenta o histórico das aprovações, iniciado pelo Edital na CNPG, CPG, ConCECS e ConsEPE. Passa a palavra à professora Patrícia Muritiba que apresenta a motivação e a justificativa para a criação do curso da UFABC. Informa que a proposta possui área de concentração em gestão organizacional e duas linhas de pesquisa: “Organizações” e “Desenvolvimento e Sustentabilidade”. Apresenta ainda a viabilidade da proposta atendendo a todos os critérios da CAPES para aprovação, além da grande demanda interna e externa à UFABC. Professor Annibal informa que o programa foi muito bem avaliado pelo Centro, além do apoio de todos os técnicos administrativos. Em discussão, diversas falas reafirmam a importância do programa para os técnicos administrativos da UFABC e que se tenha vagas destinadas a esses servidores. Questiona-se também sobre o Mestrado em rede, que poderia ser uma forma de ingresso. A área demandante esclarece que foi realizada uma consulta informal à Procuradoria Federal, devido ao curso ainda não estar criado, questionando sobre a possibilidade de estímulos para que os servidores técnicos administrativos participassem, podendo ser por meio de reserva de vagas, processo seletivo simplificado e outros. Foi informado que não é recomendável ter incentivos formais à servidores da Instituição, pois na Constituição Brasileira consta que a universidade pública deve oferecer ensino gratuito podendo ter sistemas de cotas ou processo seletivo simplificado para as minorias menos favorecidas da



população, o que não é o caso dos servidores. Mesmo assim, caso o curso seja criado, ainda será realizada uma consulta formal. Afirmo ainda que por ser um Mestrado Profissional em Administração é um programa que pode ser adequado para várias áreas de formação, diferente de um mestrado acadêmico em área específica e que será feito um esforço para que se consiga ter algum incentivo permitido. Quanto ao Mestrado Profissional em Rede, os existentes não são na área de Administração pura e, mesmo assim, estão sendo reavaliados os critérios podendo ser descredenciados. É sugerido ainda que após o curso aprovado seja pensado num mecanismo de capacitação ao servidores técnicos administrativos, ao invés de uma reserva de vagas. A área demandante informa que essa proposta de capacitação já havia sido feita e está em andamento um edital enviado à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura, que poderá ser utilizado para todos os programas de pós-graduação. Cita-se também a importância dos convênios da UFABC com empresas que podem ser ampliados após a criação do curso. Ainda em discussão, são propostas as seguintes alterações no projeto pedagógico: a) corrigir na página 4, as informações divergentes entre a periodicidade da oferta do curso e o processo seletivo. Acatada; b) na página 20, onde se lê “trabalho de conclusão de curso” leia-se “dissertação”. Acatada. Sem mais manifestações, o ato decisório de criação do curso é encaminhado para votação e aprovado com 1 abstenção. Minuta de ato decisório que suspende o efeito do inciso V do parágrafo 2º, do Art. 1º da Resolução ConsUni nº 121, de 30 de setembro de 2013. Professor Fernando Mattos apresenta a Resolução ConsUni nº 121, que prevê a implantação de sistema de cotas para pessoas com deficiência e que, a partir de 2018, estabelece a reserva de 5% das vagas dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs) para este fim. Relata que, ano passado, houve uma proposta, aprovada neste Conselho, para manutenção da reserva em 3%, como era em 2015, tendo em vista as dificuldades encontradas no acolhimento destes estudantes. A partir de então, foram realizadas amplas discussões e tomadas ações objetivando estruturar o setor de acessibilidade para retomar o percentual previsto na resolução. Entretanto, no final de 2016, foi aprovada a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que introduz cota para pessoas com deficiência (PCD) junto às direcionadas para pessoas negras, pardas e indígenas. Assim, estima-se que haverá um aumento no ingresso de pessoas com deficiência no próximo ano e, por isso, propõe-se manter, mais uma vez, a cota específica para PCD em 3%. Apresenta números e afirma que a previsão é que o aumento seja entre 1,5% e 2% na quantidade de pessoas com deficiência ingressantes; portanto, na prática, serão acolhidos os 5% previstos na Resolução, os quais a UFABC já estava se preparando para receber. Em discussão, são feitos questionamentos relativos às estimativas realizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), ao que professor Fernando apresenta os dados. Também se questiona quanto à UFABC estar preparada para receber esta quantidade de pessoas pelas cotas, ao que é esclarecido que, com o auxílio da Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA), foi realizada uma reestruturação do núcleo e remanejamento de recursos, assim como aumento na equipe, de forma que houve aumento no preparo para acolhimento destes discentes. É solicitado ao demandante que sejam disponibilizados cursos para capacitar os servidores a lidar com as PCD, e professor Fernando informa que está prevista a oferta de dois cursos para este fim pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), um básico e um avançado. Sugere-se substituir o termo “sistema de cotas” por “sistema de reserva de vagas”, o que é acatado pela área demandante. Findos os esclarecimentos, o documento é votado e aprovado com 1 abstenção. Proposta da Agência de Inovação ao Programa de Apoio à Propriedade Intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Professora Anapátricia Vilha apresenta a proposta, informa que o pedido



foi motivado pela necessidade de adequação da UFABC a um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) acerca de um Programa de Apoio à Propriedade Intelectual, na modalidade capacitação, cujo objetivo é capacitar os grandes núcleos de inovação tecnológica do Brasil e gerar boas práticas internacionais de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia. Informa que o programa possui 2 fases, das quais a Universidade participou da 1º, quando foram realizadas visitas aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) de universidades do Chile e, agora, está adentrando a 2º fase, quando é necessário propor um projeto de pesquisa que considere atividades de aprimoramento e desenvolvimento das nossas áreas de propriedade intelectual em um projeto com prazo para execução de até 36 meses. Apresenta lista de possíveis temas para o projeto. Informa que a FAPESP exige contrapartida para a manutenção dos resultados do projeto e das atividades por ela implementadas no NIT durante a execução do projeto e por pelo menos dois anos após o término das atividades, que deve ser garantida em carta aprovada pelo órgão colegiado superior da Instituição e apresenta uma projeção dos orçamentos destinados às atividades de proteção de direitos de propriedade intelectual e à capacitação do pessoal do quadro do NIT, como segue: em 2017, R\$24.149,00; 2018, R\$27.624,00; 2019, R\$35.387,00; 2020, R\$43.228,40; 2021, R\$55.099,51; 2022, R\$63.129,17. Por fim, apresenta o Art. 18 da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Em discussão, são realizados questionamentos relativos à quantidade de patentes da UFABC em comparação com outras instituições, ao que a área demandante informa os números e explica que a diferença é considerável, mas que ocorre em função das demais instituições, em geral, que tem um tempo de atuação mais longo do que a Agência de Inovação da UFABC. Ainda, perguntam se existe alguma sanção para o caso de a contrapartida não ser realizada, tendo em visto o atual contexto econômico e político do país. Professora Anapátricia informa que não existe penalidade prevista, mas há a expectativa da FAPESP que deve ser atendida. Findos os esclarecimentos, o item é votado e aprovado com 2 abstenções. Ratificação do relatório de gestão da FUNDEP 2016, avaliação de desempenho Fundep biênio 2016/2017 e autorização para credenciamento da FUNDEP como fundação de apoio da UFABC. Os itens são relatados em conjunto pela chefe da ACIC, Patrícia Guilhermitti. Explica que, atualmente, a fundação de apoio da UFABC é a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), que foi a responsável por gerenciar os recursos para a criação da UFABC, em 2006 e, desde então, mantém parceria com a UFABC. Ainda, em 2009, a FUNDEP tornou-se a fundação de apoio da Universidade. Como fundação de apoio, a FUNDEP realiza a gestão de projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFABC e de outras treze afiliadas. Entre os anos de 2016 e 2017, relata que a FUNDEP gerenciou, aproximadamente, 25 milhões de reais de 21 projetos de pesquisa da UFABC e aproximadamente 9 milhões de reais de 17 projetos de extensão. Ressalta, ainda, que, desde o ano de 2010, os valores pactuados com a Fundação somam mais de 48 milhões de reais. Por fim, informa que o credenciamento da FUNDEP deve ser renovado anualmente e que o trâmite para tal é demorado. Ainda, a documentação deve ser encaminhada ao Grupo de Apoio Técnico (GAT) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com 120 dias de antecedência. Após esclarecimentos, os três itens são encaminhados separadamente para votação e aprovados, cada um, por unanimidade. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 17h57.----- Aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2017, no horário das 16h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III



sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto Mantovani M. de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos Jr, representante suplente docente do Centro Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Cedric Rocha Leão, representante docente do CECS; Charles Morphy Dias dos Santos, representante docente do CCNH; David Correa Martins Junior, representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante suplente docente do CECS; Francisco de Assis Zampirolli, representante suplente docente do CMCC; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Isis Mustafá de Assis, representante discente de graduação; João Gabriel Coelho, representante discente de graduação; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos; Leonardo Lira Lima, representante dos técnicos administrativos; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante suplente docente do CECS; Luiza Fegadolli Nunes da Silva, representante suplente discente de graduação; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Marcelo Bussotti Reyes, vice-diretor do CMCC; Maria Isabel Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Mauro Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Max Mário Fuhlendorf, representante discente de pós-graduação; Paloma Breit dos Santos, representante discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante docente do CMCC; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, representante docente do CCNH; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Silvio Wenceslau Alves da Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Tatiana Lima Ferreira, representante docente do CMCC; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Ausências justificadas**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Luis Paulo Bresciani, representante da comunidade civil; Roberto Venegeroles Nascimento, representante docente do CMCC. **Ausentes**: Arilson da Silva Favareto, representante docente do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Jeroen Johannes Klink, representante docente do CECS; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Thiago Leite Gonçalves, representante discente de pós-graduação. **Não votantes**: Jeroen Schoenmaker, representante docente do CECS; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto de graduação; Soraya Cordeiro; secretária-geral. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em administração e Thiene Pelosi Cassiavillani secretária executiva da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 16h18 convidando o professor Luiz de Siqueira Martins Filho à compor a Mesa. Passa a palavra para a secretária-geral, Soraya, que apresenta a sugestão dos seguintes nomes para a composição da Comissão Eleitoral para eleição de representantes discentes de graduação e pós-graduação dos Conselhos Superiores de acordo com os dispostos da Resolução ConsUni nº 156: Fábio Willy Parno, discente de graduação; Geovane Oliveira de Sousa, discente de pós-graduação; Natália Paranhos Caoduro, assistente técnica administrativa da Secretaria-Geral e Carlos Alberto Silva servidor do Núcleo de Tecnologia da Informação. Sugere ainda que a servidora Natália Paranhos Caoduro



atue como presidenta da Comissão. Não havendo manifestações, a composição da Comissão Eleitoral é referendada pelo Conselho, tal como apresentada. **Ordem do Dia: Projeto Pedagógico Institucional da UFABC (PPI)**. Professora Denise Consonni comunica que mesmo não estando mais no prazo para sugestões, o Grupo de Trabalho tem recebido propostas de alteração no texto e considerou-se oportuno avaliar essas sugestões. Por esse motivo, em nome do Grupo de Trabalho, solicita a inversão da pauta, para que o item seja deliberado posteriormente. Professor Klaus esclarece que sendo solicitação da área demandante não é necessário votar, permanecendo, assim, o assunto na Ordem do Dia. **Minuta de resolução que define as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da UFABC exercidas pelos docentes para subsidiar o estabelecimento de políticas e ações de desenvolvimento institucional**. Professor Rodrigo relata o assunto informando que a avaliação do documento foi feita a partir das discussões neste Conselho e com o material atualizado ainda foi realizada reunião com a área demandante para esclarecimentos. Apresenta então, as sugestões para alteração do texto: a) inclusão de um parágrafo único no Art. 3º com o texto: “Essas atividades devem constar nos respectivos planos de ensino e no portal do professor em campo próprio”; b) no Art. 4º onde se lê “Para o planejamento das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será contabilizada 1 (uma) hora por disciplina da graduação[...]”, leia-se “Para o planejamento e avaliação das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será contabilizada 1 (uma) hora por semana por disciplina da graduação[...]”; c) no Capítulo VII, Art. 10, inc. II onde se lê “A carga horária semanal das atividades de planejamento de ensino previstas no Art. 4º”, leia-se “A carga horária semanal das atividades de planejamento e avaliação de ensino previstas no Art. 4º”; d) no Capítulo VII, Art. 10, § 8º, onde se lê : “Caberá a cada dirigente zelar pela adequada forma de divulgação das informações do RAAD” leia-se “Caberá a cada dirigente zelar pela adequada forma de divulgação das informações do RAAD, sendo vetada a divulgação nominal e individual”; e) no Capítulo VII, Art. 10, § 6º, onde se lê “[...] e dos relatórios consolidados por Centro ou do setor [...]”, leia-se “[...] e dos relatórios consolidados por Centro e dos setores, [...]”. Finaliza a relatoria com parecer favorável à aprovação com as alterações sugeridas. Professor Leonardo Steil, representante da área demandante, acata todas as propostas da relatoria. Em discussão, há questionamentos quanto à definição das atividades de extensão. É esclarecido que essas atividades são descritas e regulamentadas por resolução do Comitê de Extensão e Cultura (CEC), sendo que também pode ser apontado um paralelismo com as atividades de extensão pontuadas para fins de progressão docente. São feitas propostas de incluir, nos “considerando” deste documento, o Plano Nacional de Extensão Universitária, no qual constam os termos e definições necessários para sanar as dúvidas apontadas, incluir o texto “Participação e organização de eventos de cunho extensionista e cultural, [...]” no inciso III do Art. 7º, e, por fim, mencionar, no inciso VI, que se trata de atividades de extensão e cultura. Propostas são acatadas pelo demandante. Quanto à Tabela 2, Atividades de Pesquisa, Extensão e Cultura, Gestão e Esporádicas, propõe-se que o número de projetos de extensão e cultura seja contabilizado anualmente e não quadrimestralmente, como está proposto. Proposta acatada pelo demandante. Aponta-se não haver menção à atividade de estudo dirigido, ao que é informado que essa atividade encontra-se em discussão na Comissão de Graduação (CG) e ainda não está definido se será regulamentada ou extinta, por este motivo não foi incluída no documento. Professora Marcela Sorelli aponta que no Capítulo III, Art. 6º, o inciso I versa apenas sobre a pesquisa, propõe que seja duplicado e alterado para “I - Coordenação e participação em projetos de pesquisa” e “II - Coordenação e participação em projetos de inovação tecnológica”. Proposta



491 acatada. Assim, objetivando a manutenção da coesão, altera-se o nome do Capítulo para “Da
492 pesquisa e da inovação”. É apontado que, no parágrafo 3º do Art. 10, está previsto que serão
493 contabilizadas somente as atividades previstas no Art. 7º, devidamente registradas pela Pró-
494 Reitoria de Extensão e Cultura ou outorgadas pelas agências de fomento; entretanto, a Resolução
495 ConsUni nº160 afirma que o ateste de confecção de material didático ou divulgação científica
496 pode ser realizado pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação ou Extensão e Cultura.
497 Desse modo, é proposto que se unam os parágrafos 2º e 3º, do Art. 10, passando a ter novo texto,
498 conforme segue: “Serão contabilizados os projetos e atividades previstos nos Art. 6º e 7º,
499 devidamente registrados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Agência de Inovação, Pró-Reitoria de
500 Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação ou Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou outorgado
501 pelas agências de fomento.” Proposta acatada. Questiona-se se a carga horária disposta no Art.
502 14 será considerada da maneira como está na resolução, semanalmente, ou se será uma média no
503 quadrimestre, considerando que existem os períodos de recesso. Ao que é esclarecido que se
504 trata da letra da lei, mas que na prática será considerada a média. Após discussões e
505 esclarecimentos, propõe-se novo texto para o artigo, como segue: “Considerando-se a estrutura
506 didático pedagógica da UFABC, o docente deve cumprir no mínimo 288 horas anuais na soma
507 das atividades de ensino-aprendizagem dos itens I e II do Art. 3º desta resolução”. Proposta é
508 acatada pela área demandante. Aponta-se que o Art. 15 do Capítulo VIII faz menção ao Art. 12,
509 entretanto, o correto é o 13, deve ser corrigido. Surgem questionamentos acerca do texto do Art.
510 13, apontando que todos os docentes da UFABC são contratados em regime de dedicação
511 exclusiva para trabalhar 40 horas semanais. Área demandante esclarece que esta é a jornada
512 permitida por lei, que devem ser 8 horas de aula e as demais 32 horas devem ser dedicadas a
513 outras atividades da Instituição. Ocorre ampla discussão acerca do Art. 4º e questionam se é
514 possível diferenciar o tempo dedicado ao planejamento e correção de provas para turmas
515 pequenas e grandes. É esclarecido que estas atividades adicionam uma hora por disciplina por
516 semana, resultando em um aumento que, na visão do GT, contempla tanto as turmas numerosas
517 quanto as pequenas. Após discussões e esclarecimentos, é realizada proposta de novo texto para
518 o Art. 4º, conforme segue: “Para a avaliação das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será
519 contabilizada 1,5 hora por semana por grupo de 60 discentes, ou uma quantidade de horas
520 proporcional a isso para grupos maiores de discentes de graduação, pós-graduação ou extensão
521 matriculados no final do quadrimestre, não computados como atividade de ensino-aprendizagem.
522 Para o planejamento das atividades previstas no inciso I do Art. 3º será contabilizada uma hora
523 por semana para disciplinas de 4 créditos, ou horas proporcionais para disciplinas com
524 quantidades diferentes de créditos por semana para disciplinas da graduação, pós-graduação ou
525 extensão, não computados como atividade de ensino-aprendizagem” e, ainda, o § 1º do Art. 10
526 passa a ser posicionado abaixo do Art. 4º. Propostas são acatadas pela área demandante. Findos
527 os questionamentos, o documento é votado e aprovado com 1 abstenção.-----
528 Aos 9 dias do mês de novembro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos,
529 Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001,
530 Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III sessão ordinária do Conselho
531 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada e presidida pelo
532 magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto
533 Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Alexandre Hiroaki
534 Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Ana Cláudia Andreotti, representante suplente discente de
535 pós-graduação; André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante suplente docente do Centro de



536 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro de
537 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Bruno da Rocha Rodrigues
538 Costa, representante discente de graduação; Charles Morphy Dias dos Santos, representante
539 docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Eduardo Peres Novais de Sá,
540 representante docente do CCNH; Francisco de Assis Zampirolli, representante suplente docente
541 do CMCC; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Giorgio Romano
542 Schutte, representante docente do CECS; Igor Leite Freire, pró-reitor adjunto de pesquisa; Isis
543 Mustafá de Assis, representante discente de graduação; Jeroen Schoenmaker, representante
544 docente do CECS; João Gabriel Coelho, representante discente de graduação; José Antonio
545 Souza, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de
546 administração; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos; Leonardo José Steil,
547 pró-reitor adjunto de graduação; Leonardo Lira Lima, representante dos técnicos administrativos;
548 Luiza Fegadolli Nunes da Silva, representante suplente discente de graduação; Marcelo Bussotti
549 Reyes, vice-diretor do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da
550 comunidade civil; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos
551 administrativos; Mauro Rogério Cosentino, representante docente do CCNH; Max Mário
552 Fuhlendorf, representante discente de pós-graduação; Paloma Breit dos Santos, representante
553 discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos
554 administrativos; Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante docente do CMCC;
555 Raquel Vecchio Fornari, representante suplente docente do CMCC; Rodrigo Luiz Oliveira
556 Rodrigues Cunha, representante docente do CCNH; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sérgio
557 Henrique Bezerra de Sousa Leal, representante docente do CCNH; Silvio Wenceslau Alves da
558 Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas e Vitor Emanuel
559 Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional. **Ausências**
560 **justificadas:** Arilson da Silva Favareto, representante docente do CECS; Cedric Rocha Leão,
561 representante docente do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC e Luis Paulo
562 Bresciani, representante da comunidade civil. **Ausentes:** Jeroen Johannes Klink, representante
563 docente do CECS e Luis Paulo Barbour Scott, representante docente do CMCC. **Não votantes:**
564 Denise Consonni, coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do Pedagógico
565 Institucional da UFABC (GT-PPI) e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio administrativo:**
566 Thiene Pelosi Cassiavillani, chefe da Divisão de Conselhos em substituição e Daniely Dias
567 Campos e Natália Paranhos Caoduro, assistentes em administração da Secretaria-Geral.
568 Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h15,
569 informando a ausência de professor Dácio Roberto Matheus e convidando professor Ronei
570 Miotto a compor a Mesa. **Ordem do dia:** Projeto Pedagógico Institucional da UFABC (PPI). A
571 relatora, Maria Isabel, inicia seu relato apresentando a definição de PPI: “um instrumento
572 político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas e de gestão de
573 uma Instituição de Ensino Superior, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional,
574 vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos”. Então, apresenta o histórico de
575 elaboração do documento e informa que está organizado de acordo com os três pilares
576 institucionais: Interdisciplinaridade, Excelência e Inclusão Social, assim como os três pilares
577 acadêmicos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda, menciona haver um novo elemento, que
578 considera um eixo transversal: a gestão. Destaca dois termos que aparecem no documento e que
579 foram extensivamente discutidos em instâncias anteriores: a) Bacharelado Interdisciplinar (BI),
580 que se refere aos cursos já existentes na Instituição e b) Curso Interdisciplinar de Ingresso (CII),



que se refere a cursos de ingresso em geral. Em seguida, apresenta suas propostas de alteração e realiza suas considerações finais, parabenizando o GT que trabalhou arduamente na elaboração do documento, uma vez que se trata de um material riquíssimo e valioso para se conhecer e reconhecer a Instituição. Ainda, reflete que seria pertinente a avaliação dos 11 (onze) primeiros anos da UFABC, de modo a se verificar como construir a próxima década à luz desse documento. Por fim, ressalta a necessidade de um empenho institucional para divulgação e apropriação do documento por parte de todos os servidores e alunos. Com a palavra, professora Denise Consonni parabeniza a relatora por seu relato e pelas contribuições encaminhadas enquanto de sua elaboração, bem como os demais membros do GT, que, em seu período final, foi acrescido pela professora Cristina Fróes de Borja Reis. Em seguida, passa a comentar as propostas de alteração realizadas pela relatora: I) na página 11, onde se lê: “propõe-se a contribuir com a formação de professores para a educação básica, tanto em campos interdisciplinares quanto em áreas específicas do conhecimento;”, leia-se: “propõe-se a contribuir com a formação tanto inicial como continuada de professores para a educação básica, tanto em campos interdisciplinares quanto em áreas específicas do conhecimento;”. Acatado; II) nas páginas 12 e 13, onde se lê: “Tendo em vista que o ensino superior brasileiro abriga bacharelados e licenciaturas, a possível extensão do modelo para Licenciaturas Interdisciplinares pode propiciar novas perspectivas para a formação de professores.”, leia-se: “Tendo em vista que o ensino superior brasileiro abriga bacharelados e licenciaturas, a extensão do modelo para Licenciaturas Interdisciplinares pode propiciar novas perspectivas para a formação inicial de professores como também possibilitar a formação continuada para aqueles que já estão em sala de aula na Educação Básica, além de ações de extensão e cursos de pós-graduação tanto *lato sensu* como *stricto sensu*.”. Acatado; III) na página 14, onde se lê: “Além do aspecto relacionado à formação integral, a interdisciplinaridade produz outros efeitos positivos e de cunho mais pragmático à dinâmica universitária. Um desses aspectos é a possibilidade de múltiplas formações dos alunos, ou seja, seleções diferentes de disciplinas para o delineamento da formação além dos Cursos Interdisciplinares de Ingresso.”, leia-se: “Além do aspecto relacionado à formação integral, a interdisciplinaridade produz outros efeitos positivos e de cunho mais pragmático à dinâmica universitária. Um desses aspectos é a possibilidade de múltiplas formações dos alunos, ou seja, seleções diferentes de disciplinas para o delineamento da formação além dos Cursos Interdisciplinares de Ingresso (Bacharelados Interdisciplinares e/ou Licenciaturas Interdisciplinares).”. Acatado; IV) na página 16, onde se lê: “Os Cursos Interdisciplinares de Ingresso (Bacharelados Interdisciplinares ou Licenciaturas Interdisciplinares) formam uma base generalista de nível superior e são caracterizados como uma graduação por si só.”; leia-se: “Os Cursos Interdisciplinares de Ingresso formam uma base generalista de nível superior e são caracterizados como uma graduação por si só.”. Proposta acatada pelo GT; V) na página 16, onde se lê: “Assim, a partir do Bacharelado Interdisciplinar, o formando poderá ingressar diretamente no mercado de trabalho, ou poderá prosseguir em um ou mais cursos de formação específica de graduação dentro da própria universidade, aproveitando todas as disciplinas cursadas no Bacharelado Interdisciplinar.”, leia-se: “Assim, a partir do Curso Interdisciplinar de Ingresso, o formando poderá ingressar diretamente no mercado de trabalho, ou poderá prosseguir em um ou mais cursos de formação específica de graduação dentro da própria universidade, aproveitando todas as disciplinas já cursadas.”. Acatado; VI) na página 19, onde se lê: “Por definição, são consideradas de categoria livre, todas as disciplinas não citadas no Projeto Pedagógico de um dado curso, incluindo aquelas cursadas em outras instituições.”, leia-



se: “Por definição, são consideradas de categoria livre, todas as disciplinas não citadas no Projeto Pedagógico de um dado curso, incluindo aquelas cursadas em outras instituições, na pós-graduação e na extensão.”. Acatado; VII) na página 24, onde se lê: “Por princípio fundamental, os cursos de formação específica incluem necessariamente as disciplinas obrigatórias dos Bacharelados Interdisciplinares de ingresso, que apresentam conteúdo introdutório aos campos do conhecimento de cada eixo. O aluno somente pode se graduar em um curso de formação específica, uma vez integralizado o respectivo curso interdisciplinar de ingresso.”, leia-se: “Por princípio fundamental, os cursos de formação específica incluem necessariamente as disciplinas obrigatórias dos Bacharelados Interdisciplinares, que apresentam conteúdo introdutório aos campos do conhecimento de cada eixo. O aluno somente pode se graduar em um curso de formação específica, uma vez integralizado o respectivo Bacharelado Interdisciplinar.”. Acatado; VIII) na página 35, onde se lê: “Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação científica em geral.”, leia-se “Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação científica voltado para o público não especializado, não acadêmico e não universitário.” e na página 66, onde se lê: “Promoção e valorização da elaboração de material para divulgação científica em geral.”; leia-se “Promoção e valorização da elaboração de material para divulgação científica voltado para o público não especializado, não acadêmico e não universitário.”; Professora Denise considera que a definição restrinja por demasiado o que se pretende. Assim, o GT optou por não acatar a proposta. Após discussões, a relatora retira sua proposta e propõe-se uma nova redação para os trechos: a) página 35 – “Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação científica e democratização do conhecimento”; b) página 66 – “Promoção e valorização da elaboração de material para divulgação e democratização do conhecimento”. A nova redação é acatada em consenso; IX) na página 46, onde se lê: “Há também estímulo e apoio institucional aos servidores técnico-administrativos para que realizem estudos de pós-graduação ou cursos de especialização, incrementando continuamente seu grau de aperfeiçoamento e qualificação.”, leia-se: “Há também estímulo e apoio institucional aos servidores técnico-administrativos para que realizem estudos de pós-graduação tanto *lato sensu* como *stricto sensu* ou cursos de capacitação, incrementando continuamente seu grau de aperfeiçoamento e qualificação.”. Acatado; X) nas páginas 46 - 47, onde se lê: “Neste item, ressalta-se o papel que a UFABC deve cumprir em ações relacionadas à formação de docentes em nível superior para a Educação Básica, no sentido de fomentar o aperfeiçoamento dos saberes inerentes à prática docente, em nível pedagógico e em nível específico na sua área de atuação.”, leia-se: “Neste item, ressalta-se o papel que a UFABC deve cumprir em ações relacionadas à formação inicial e continuada de docentes em nível superior para a Educação Básica, no sentido de fomentar o aperfeiçoamento dos saberes inerentes à prática docente, em nível pedagógico e em nível específico na sua área de atuação.”. Acatado; XI) na página 52, onde se lê: “O acesso à UFABC, tanto nos Bacharelados Interdisciplinares de ingresso na graduação quanto nos diversos cursos de pós-graduação é caracterizado pela oferta de oportunidades de forma democrática e justa a todos os representantes da sociedade e em todas as regiões do país.”, leia-se: “O acesso à UFABC, tanto nos Cursos Interdisciplinares de Ingresso na graduação quanto nos diversos cursos de pós-graduação é caracterizado pela oferta de oportunidades de forma democrática e justa a todos os representantes da sociedade e em todas as regiões do país.”. Acatado; XII) na página 55, onde se lê: “Para manter a política de inclusão universitária e diversidade social, sem comprometimento das restrições orçamentárias, da excelência dos cursos e da formação de seus alunos em qualquer um dos turnos, a UFABC dedica-se a estudos e propostas de alterações nas



já flexíveis matrizes sugeridas em seus projetos pedagógicos de cursos, de forma a permitir alternativas e períodos de integralização compatíveis com as necessidades dos alunos que trabalham.”, leia-se: “Para manter a política de inclusão universitária e diversidade social, sem comprometimento em função das restrições orçamentárias [...]”. Professora Denise concorda que haja necessidade de alteração do trecho e sugere a seguinte redação: “Para manter a política de inclusão universitária e diversidade social, atendendo as prerrogativas orçamentárias e sem comprometer a excelência dos cursos e a formação de seus alunos em qualquer um dos turnos, a UFABC dedica-se a estudos e propostas de alterações nas já flexíveis matrizes sugeridas em seus projetos pedagógicos de cursos, de forma a permitir alternativas e períodos de integralização compatíveis com as necessidades dos alunos que trabalham.”. A proposta de redação do GT é acatada pela relatora; XIII) na página 56, onde se lê: “O Ensino a Distância (EaD), presente na UFABC através de cursos de extensão e pós-graduação, bem como em disciplinas semipresenciais da graduação [...]”, leia-se: “O Ensino a Distância (EaD), presente na UFABC através de cursos de capacitação, de extensão e pós-graduação, bem como em disciplinas semipresenciais da graduação [...]”. Acatado; XIV) na página 66, quanto à inclusão do ponto “8”, “Realização de pesquisas periódicas e avaliação permanente do PPI, com dados provenientes de sua implantação, de forma a utilizar os resultados para embasar futuras revisões, contando com a cumplicidade, parceria e capacidade em trabalhar cooperativamente, de todos os membros da comunidade universitária.”, não considera necessária, uma vez que deveria ser uma política institucional e não uma meta para o cumprimento do PPI. Neste momento, a representante discente de graduação, Luiza, discorre acerca da inviabilização de realização das atividades do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFABC e da Associação Atlética Acadêmica XI de Setembro (AXIS), por meio do desligamento da energia e da internet dos espaços utilizados pelas instituições em que funcionavam serviços de cantina e de copiadora, afirmando haver diversos estudantes mobilizados para discutir uma Moção a esse respeito. Passa a palavra para o discente João Gabriel, que afirma que a interrupção desses serviços inviabiliza todas as atividades realizadas pelas entidades, como a promoção de eventos de coletivos negros e LGBT, bem como a oferta de cursos e atividades esportivas aos estudantes. Em seguida, realiza a leitura da Moção [cuja íntegra se encontra no Anexo II desta ata]. Professor Klaus informa que não se trata de uma proibição das atividades das entidades estudantis, mas da realização de atividades comerciais dentro da Universidade sem a realização de licitação, o que se configura em crime contra a Administração Pública. Explica que a energia e a internet foram desligadas, pois mesmo após diversas notificações, que se iniciaram no ano de 2016, as atividades comerciais não foram cessadas. Nesse contexto, acrescenta que a Gestão viu-se diante de três opções: tornar-se corresponsável por um crime contra a Administração Pública; solicitar judicialmente a reintegração de posse; ou tomar medidas internas cabíveis para garantir que as atividades comerciais ilegais não fossem mais realizadas. Por fim, afirma que a Gestão já se colocou à disposição para auxiliar as entidades a encontrarem meios para obterem recursos de maneira legal. Ainda, compromete-se com a criação de um GT para estudar o caso. Após discussões, levanta-se Questão de Ordem para que, nesse momento, debata-se apenas a criação do GT, uma vez que uma deliberação nesse sentido seria mais rápida do que a discussão acerca da moção proposta. Professor Klaus afirma que, após a discussão do PPI, será colocado ao Conselho, para deliberação, se aceita a inclusão da moção na pauta e também do GT. Caso o Conselho delibere pela discussão do assunto nesta reunião, assim ocorrerá e, caso contrário, os discentes poderão propor o assunto pelos procedimentos usuais de inclusão de itens em pauta.



716 Retornando-se à discussão do PPI, a palavra é passada para professor Gilberto Martins, que
717 realiza a leitura da Moção sobre a proposta do novo PPI do Conselho do CECS [cuja íntegra
718 encontra-se no Anexo III desta ata] a respeito da determinação de que os cursos possam contar
719 com, no máximo, 75% de créditos de disciplinas obrigatórias. Ele afirma que os egressos dos
720 cursos de Engenharia poderão enfrentar diversos problemas na obtenção de atribuições
721 profissionais junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
722 (CREA-SP). Após discussões, realizam-se as seguintes propostas para esse trecho: a) quanto ao
723 verbo: (i) determinar; (ii) recomendar - proposta secundada e (iii) desejar – proposta retirada
724 pelo proponente; b) quanto à porcentagem: (A) 75% para todos os cursos – proposta original; (B)
725 75% para os cursos de até 4 anos de duração e 80% para os cursos com mais 4 anos de duração -
726 proposta secundada e (C) 70% para todos os cursos – proposta secundada. Professor Klaus
727 encaminha para deliberação, primeiramente, a ordem em que as propostas serão votadas, sendo:
728 I) quanto à porcentagem e II) quanto ao verbo. Após votação, o Conselho decide que deliberará,
729 inicialmente, acerca do verbo, com 22 votos favoráveis à proposta “II”. Prossegue-se à votação
730 das propostas acerca do verbo, conforme: (i) que o PPI determine a quantidade máxima de
731 créditos de disciplinas obrigatórias nos cursos; e (ii) que o PPI recomende a quantidade máxima
732 de créditos de disciplinas obrigatórias nos cursos. Em votação, a proposta “i” é aprovada com 15
733 votos favoráveis, 14 votos favoráveis à proposta “ii” e 4 abstenções, deliberando-se, portanto,
734 que o PPI deve determinar a quantidade máxima de créditos de disciplinas obrigatórias nos
735 cursos. Em seguida passa-se à deliberação acerca da porcentagem. Inicialmente, professor Klaus
736 encaminha para votação as duas novas propostas, a saber: (B) 75% para os cursos de até 4 anos
737 de duração e 80% para os cursos com mais 4 anos de duração e (C) 70% para todos os cursos.
738 Em votação, a proposta “B” obteve 11 votos favoráveis, a proposta “C” obteve 4 votos
739 favoráveis e houve 15 abstenções. Delibera-se, então, pela proposta “B”. Prossegue-se à próxima
740 etapa de votação acerca das porcentagens, entre a proposta original (“A”) e a proposta “B”. Em
741 votação, a proposta “A”, ou seja, a de que se determine que os cursos possam contar com, no
742 máximo 75% de créditos de disciplinas obrigatórias, obteve 19 votos favoráveis, a proposta “B”
743 obteve 9 votos favoráveis e houve 4 abstenções, sendo, então, aprovada a proposta “A”.
744 Continuando-se as discussões, realizam-se as seguintes propostas: 1) na página 16, onde se lê:
745 “Os Bacharelados Interdisciplinares são balizados no pensamento científico e com um bom
746 domínio de diversas tecnologias básicas relevantes (como as computacionais, por exemplo),
747 visando [...]”, leia-se: “Os Bacharelados Interdisciplinares são balizados no pensamento
748 científico e com um bom domínio de diversos conhecimentos básicos relevantes (como as
749 computacionais, por exemplo), visando [...]”. A relatora, em conjunto com a área demandante,
750 realiza uma nova proposta para o trecho, de modo que se leia: “Os Bacharelados
751 Interdisciplinares são balizados no pensamento científico e com um bom domínio de diversos
752 conhecimentos básicos relevantes, visando [...]”. A nova proposta é acatada em consenso; 2) na
753 página 62, onde se lê: “Cumprimento do papel crítico da sociedade, resgatando a valorização
754 cultural e não puramente econômica da formação superior.”, leia-se: “Fomento ao papel crítico
755 na sociedade, resgatando a valorização cultural e não puramente econômica da formação
756 superior.” Acatado; e 3) na página 62, acréscimo de um novo item 1 com a seguinte redação:
757 “Compromisso permanente com a excelência acadêmica.”. Acatado. Em meio às discussões,
758 levanta-se Questão de Ordem para que o debate acerca do PPI seja interrompido, de modo que se
759 passe a discutir o Grupo de Trabalho que irá verificar soluções para a questão do funcionamento
760 de serviços comerciais nos espaços sob responsabilidade das entidades estudantis. Após



manifestações dos conselheiros, a suspensão da discussão acerca do PPI é encaminhada para votação e aprovada com 15 votos favoráveis, 8 votos contrários à suspensão e 1 abstenção. Com a palavra, o discente Carlos agradece os conselheiros pela abertura do espaço para diálogo. Relata que a tentativa de regulamentação do DCE e da AXIS iniciou-se há bastante tempo e que a ocupação do ConsUni nesta data é a última tentativa de solução do problema, uma vez que nenhuma das entidades mencionadas está funcionando no momento, pois todos seus espaços estão sem energia elétrica e ponto de internet e não apenas aqueles espaços em que há atividade comercial. Em discussão, é proposto que os discentes suspendam a discussão da moção de apoio às entidades estudantis e que, pela celeridade, seja discutida, apenas, a composição do GT que se debruçará sobre o tema. Propõe-se, ainda, que os alunos se comprometam a interromper as atividades comerciais sob sua responsabilidade e, sob essa condição, a Reitoria normalize o fornecimento de energia elétrica e o acesso à internet. Professor Klaus explica que tal proposta já foi realizada duas vezes pela própria Reitoria, mas que não foi aceita pelos estudantes. Com a palavra, a representação discente acata a nomeação do GT nesta sessão, porém, esclarece que não retira a moção de pauta, apenas acata que ela seja discutida na continuação da sessão. Ainda, afirma-se haver documentos que devem ser analisados pelo Conselho e não apenas pela Reitoria. Em seguida, passa-se à definição da composição do GT, momento em que são realizadas as seguintes indicações: a) representação discente: Isis Mustafá de Assis e Bruno da Rocha Rodrigues Costa; b) representação técnico-administrativa: Renata Silva e Leonardo Lira Lima e c) representação docente: Alessandra Teixeira e Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior. Professor Klaus informa que a Reitoria fornecerá ao GT toda documentação legal de que dispõe. Ainda, questiona-se o prazo para finalização dos trabalhos desse GT. Em consenso, os conselheiros definem que os resultados do GT serão apresentados ao ConsUni, em sua IV sessão ordinária, a ser realizada em 12 de dezembro. Professor Klaus reitera a proposta já realizada pela Reitoria e compromete-se a religar, de maneira irrestrita e imediata, a energia elétrica e os pontos de internet nos espaços, desde que neles não ocorram mais atividades comerciais. Quanto aos encaminhamentos da reunião, informa que o resultado do GT será apreciado pelo ConsUni na IV sessão ordinária e que a moção não será discutida nesta data. Quanto à proposta da Reitoria, a representação discente informa que apresentará sua resposta quando da discussão sobre a proposta de moção e solicita que a energia e os pontos de internet sejam religados, ao menos, na sala administrativa das entidades. Professor Klaus informa que a Reitoria não solicitou o corte naquele espaço e que, caso seja tecnicamente possível, solicitará às áreas responsáveis que normalizem o fornecimento. Ainda, reitera que a proposta de moção está na Ordem do Dia da sessão, mas será discutida ao seu final, após a discussão sobre a criação das Licenciaturas Interdisciplinares. Verificado o fim do quórum, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 17h51, informando que a sua continuação está agendada para o dia 21 de novembro, às 14h.-----

Aos 21 dias do mês de novembro do ano de 2017, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Santa Terezinha, Santo André, realiza-se a continuação da III sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2017, previamente convocada pelo magnífico reitor, Klaus Capelle e presidida pelo vice-reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Ana Lígia Scott, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante suplente docente do CMCC; Annibal Hetem Júnior, diretor do Centro de



806 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Cedric Rocha Leão,
807 representante docente do CECS; Charles Morphy Dias dos Santos, representante docente do
808 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Everaldo Carlos Venâncio, representante
809 suplente docente do CECS; Fernando Costa Mattos, pró-reitor de assuntos comunitários e
810 políticas afirmativas; Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH;
811 Fernando Rocha Nogueira, representante suplente docente do CECS; Igor Leite Freire, pró-reitor
812 adjunto de pesquisa; Isis Mustafá de Assis, representante discente de graduação; Itana
813 Stiubiener, representante docente do CMCC; João Gabriel Coelho, representante discente de
814 graduação; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Kleber Ferreira,
815 representante dos técnicos administrativos; Luciano Soares da Cruz, representante suplente
816 docente do CCNH; Luiza Fegadolli Nunes da Silva, representante suplente discente de
817 graduação; Marcelo Bussotti Reyes, vice-diretor do CMCC; Maria Isabel Mesquita Vendramini
818 Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Paloma Breit dos Santos, representante
819 discente de graduação; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos
820 administrativos; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Rafael Ribeiro Dias Vilela de
821 Oliveira, representante docente do CMCC; Renata Silva, representante suplente dos técnicos
822 administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sérgio Henrique Bezerra de Sousa Leal,
823 representante docente do CCNH; Stephanie Sampronha, representante suplente discente de pós-
824 graduação; Tatiana Lima Ferreira, representante docente do CMCC; Vitor Emanuel Marchetti
825 Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional e Yossi Zana,
826 representante docente do CMCC. **Ausências justificadas:** Daniel Pansarelli, pró-reitor de
827 extensão e cultura; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Giorgio
828 Romano Schutte, representante docente do CECS e Luis Paulo Bresciani, representante da
829 comunidade civil. **Ausentes:** Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Arilson da
830 Silva Favareto, representante docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante
831 docente do CECS; José Antonio Souza, representante docente do CCNH; Maria Elisa Ravagnani
832 Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil e Thiago Leite Gonçalves, representante
833 discente de pós-graduação. **Não votantes:** Alexandre de Freitas, docente; Denise Consonni,
834 coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do PPI da UFABC (GT-PPI);
835 Hugo Allan Matos, docente da Universidade Metodista de São Paulo; Marcelo Zanotello,
836 membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do
837 Magistério da Educação (COMFOR); Marília Mello Pisani, docente e Soraya Cordeiro,
838 secretária-geral. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de
839 Conselhos, Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália
840 Paranhos, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente
841 em exercício, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h21, justificando a ausência do
842 professor Klaus Capelle, que se encontra em uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes
843 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em Brasília para uma audiência pública
844 da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública para discutir questões concernentes ao
845 Orçamento 2018. No ensejo, convida o professor Ronei Miotto para compor a Mesa. **Ordem do**
846 **dia.** **Projeto Pedagógico Institucional da UFABC (PPI).** Iniciadas as discussões, professor Ronei
847 solicita apresentar novamente os argumentos proferidos na reunião anterior de modo a embasar a

848 sua proposta de supressão de toda e qualquer menção às Licenciaturas Interdisciplinares (LI) no
849 PPI. Ele explica os modelos americano e europeu da educação superior e os compara aos
850 modelos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Ainda, tece comentários
851 acerca da UFABC e seu Projeto Pedagógico (PP), comparando-a a outras IFES. Apresenta as
852 definições de Bacharelado Interdisciplinar (BI) e LI realizando um comparativo entre os dois
853 cursos. Opina que, por meio da LI como curso de entrada, a UFABC caminha na direção das
854 outras instituições, uma vez que a definição de sua carreira acontece no momento de ingresso,
855 considerando que o discente somente poderá realizar uma licenciatura. Argumenta ainda que,
856 com as LI, iniciar-se-ia uma entrada seriada na UFABC. Por fim, após discussões e
857 manifestações contrárias e favoráveis à proposta, ela é secundada e, em votação, não é aprovada,
858 pois obteve 17 votos contrários e 6 abstenções. Não havendo mais manifestações, o documento,
859 em sua totalidade, considerando todas as alterações aprovadas, é encaminhado para votação e
860 aprovado com 3 votos contrários e 2 abstenções. Criação das Licenciaturas Interdisciplinares.
861 Professor Everaldo, lê a relatoria do professor Jeroen Schoenmaker. Então, professor Dácio
862 ressalta que as discussões nesta Instância devem ater-se aos aspectos de análise do ConsUni, ou
863 seja, avaliar a adesão da proposta ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC,
864 assim como as exigências de infraestrutura e de recursos humanos para a sua implementação.
865 Explica que, no caso da criação do curso, a presidência deste Conselho deverá nomear um Grupo
866 de Trabalho (GT) que será responsável pela elaboração do PP. Em discussão, é questionado se a
867 criação do curso implica na aprovação de sua oferta, ao que se esclarece que não, pois a oferta
868 dependerá da sua inclusão no Edital de Ingresso, a ser aprovado pelo ConsEPE. Professor
869 Marcelo Zanotello, representante da área demandante, realiza considerações acerca da relatoria,
870 informando que a Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática (LCNM) já pode ser ofertada
871 com a atual estrutura da Universidade, entretanto, a Licenciatura em Humanidades (LH) tem
872 carência de alguns docentes. Acrescenta que a matriz curricular ainda está aberta, sendo que a
873 que foi apresentada foi criada apenas para subsidiar a estimativa de demanda docente e, caso
874 necessário, este número pode ser diminuído. Com relação às recomendações específicas por
875 parte da relatoria, as considera pertinentes e possíveis de serem atendidas. Ainda, aponta que, em
876 relação à criação de cursos específicos na área de Humanidades, a Licenciatura em História foi
877 aprovada pela Comissão Julgadora, quando também foi proposta uma flexibilização para que o
878 estudante que ingressar pelas Licenciaturas possa, se desejar, cursar o Bacharelado. Aponta, por
879 fim, que as Licenciaturas Interdisciplinares são cursos completos e, desse modo, não acredita ser
880 necessário ter como condicionante a criação de outros cursos específicos. Então, professor Dácio
881 informa que, no caso da criação das LI, a Reitoria viabilizará, para este curso, 8 vagas para
882 docentes permanentes. Professora Paula Tiba esclarece acerca da transição de alunos entre
883 cursos, explicando que esse processo já é previsto para os BI, porém existem algumas restrições
884 que devem ser observadas. Aponta que é imprescindível atentar-se em não criar disciplinas que
885 sobreponham as já existentes e, portanto, salienta que, se este Conselho decidir pela criação do
886 curso, devem ser colocadas recomendações e diretrizes ao ConsEPE. Alguns conselheiros
887 apontam suas preocupações com aspectos estruturais da UFABC e dos cursos existentes. A área
888 demandante esclarece que as disciplinas foram estruturadas visando a aproveitar da melhor
889 maneira possível os recursos disponíveis e, ainda, afirma que, no caso da mobilidade estudantil,

considera bom que seja realizado da mesma forma dos BI. Acrescenta que seria desejável que o discente formado em um Curso Interdisciplinar de Ingresso pudesse realizar qualquer curso específico, mesmo que ligado a outro curso. É esclarecido que esta possibilidade já foi analisada anteriormente para os BI e concluiu-se ser muito custoso, mas seria necessário realizar o estudo para as LI. Aponta-se a importância que o curso teria na formação de professores e, consequentemente, na reestruturação do Ensino Médio. Também são discutidos aspectos acerca da possibilidade da criação de outros cursos pós Licenciatura em Humanidades. Propõe-se que as LI adotem o mesmo processo de compartilhamento de disciplinas que os BI, que incluam, como disciplinas de opção limitada em um dos Bacharelados, as obrigatórias do outro. Conselheiros são favoráveis à sugestão, mas manifestam preocupação com a locomoção dos discentes entre os *campi*. Professor Marcelo Zanolello informa que esta proposta já é parcialmente atendida, pois, inicialmente, prevê-se que metade dos créditos obrigatórios são atrelados a disciplinas compartilhadas dos BI. Questiona-se acerca da viabilidade em se ter apenas uma Licenciatura Interdisciplinar de Ingresso, não as separando em Licenciaturas em Ciências Naturais e Matemática e Licenciatura em Humanidades, ao que é esclarecido que a entrada para as LI ocorre por um curso de Licenciatura unificado e, mais tarde, o discente define para qual área seguirá. Durante as discussões, são realizadas as seguintes propostas: (i) recomendar que, para o Projeto Pedagógico, haja o compartilhamento de disciplinas com os BI, em comum acordo com o GT da Comissão de Graduação. Proposta é acatada pela área demandante; (ii) condicionar a oferta do curso à formalização dos ajustes de vagas dos BI, e ao estabelecimento, no ConsEPE, das condições de transição entre os BI e as LI, tal como à revisão das licenciaturas específicas. Proposta é acatada pela área demandante; (iii) são colocadas em votação as propostas: a) recomendar a inclusão de uma nova licenciatura pós-LH – 19 votos favoráveis; e b) condicionar a oferta do curso à inclusão de uma nova licenciatura pós-LH – 5 votos favoráveis, havendo, ainda, 1 abstenção. Desse modo, a proposta “a” é aprovada; (iv) é realizada a proposta de condicionar a oferta ao requisito “O tempo para integralização para o discente que optar por cursar uma licenciatura e bacharelado correlatos (além da LI) não deve ser superior ao tempo necessário para os integralizar atualmente (além do BI)”. Proposta acatada pela área demandante. Entretanto, após discussões, proponente acredita que será preferível que a proposta seja uma recomendação. Então o Conselho, por 2 votos contrários e 1 abstenção, decide reconsiderar esta decisão e são feitas as propostas de: (I) Recomendação, com a redação: “O tempo para integralização para o discente que optar por cursar uma licenciatura e bacharelado correlatos (além da LI) não deve ser superior ao tempo necessário para os integralizar atualmente (além do BI).”, 16 votos favoráveis; e (II) condicionante, com o texto: “O tempo para integralização para o discente que optar por cursar uma licenciatura e bacharelado correlatos (além da LI) não deve ser superior a 120% do tempo necessário para os integralizar atualmente (além do BI)”, 8 votos favoráveis. Portanto, aprova-se o texto (I), recomendação. Findas as discussões e os esclarecimentos, o documento, com as alterações aprovadas, é votado e aprovado com 1 voto contrário. Moção de apoio às entidades estudantis. A área demandante solicita que o item seja deliberado ao final da pauta, como último item do Expediente. Nesse momento, nota-se não haver mais quórum para prosseguimento da reunião. Não havendo possibilidade de agendamento de nova continuação, a sessão é dada por encerrada e os assuntos restantes serão

932 absorvidos pela pauta da IV sessão ordinária deste Conselho. Como nenhum dos participantes
933 deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às
934 17h57. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos,
935 Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva, e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos
936 Caoduro, assistentes em administração da Divisão de Conselhos, em conjunto com a secretária-
937 geral, Soraya Cordeiro, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo presidente, Klaus
938 Capelle e pelos demais presentes à sessão. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da
939 palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h07.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração

Natália Paranhos Caoduro
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Secretária Executiva

Soraya Cordeiro
Secretária-Geral

Anexo I

Nota de Pesar

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), profundamente consternada, comunica o trágico falecimento do Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorrido na manhã desta segunda-feira.

O sentimento de pesar compartilhado por todos (as) os (as) reitores (as) das Universidades Públicas Federais, neste momento, é acompanhado de absoluta indignação e inconformismo com o modo como o reitor Cancellier foi tratado por autoridades públicas ante a um processo de apuração de atos administrativos, ainda em andamento e sem juízo formado. É inaceitável que pessoas investidas de responsabilidades públicas de enorme repercussão social tenham a sua honra destrocada em razão da atuação desmedida do aparato estatal.

É inadmissível que o país continue tolerando práticas de um Estado policial, em que os direitos mais fundamentais dos cidadãos são postos de lado em nome de um moralismo espetacular.

É igualmente intolerável a campanha que os adversários das universidades públicas brasileiras hoje travam, desqualificando suas realizações e seus gestores, como justificativa para suprimir o direito dos cidadãos à educação pública e gratuita.

Infelizmente, todos esses fatos se juntam na tragédia que hoje temos que enfrentar com a perda de um dirigente que, por muitos anos, serviu à causa pública. A ANDIFES manifesta a sua solidariedade aos familiares, à comunidade universitária da UFSC e aos amigos do reitor Cancellier. Continuaremos lutando pelo respeito devido às universidades públicas federais, patrimônio de toda a sociedade brasileira.

Brasília, 02 de outubro de 2017.



Universidade Federal do ABC

Anexo II

MOÇÃO DE APOIO ÀS ENTIDADES ESTUDANTIS

As entidades estudantis são historicamente importantes ferramentas de democratização da Universidade Brasileira e luta dos estudantes por direitos. Atuando no sentido de garantir o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo no território nacional, a União Nacional dos Estudantes foi também uma entidade importante na defesa dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro, na redemocratização do país, na defesa da nacionalização do petróleo e dos nossos recursos naturais.

Na UFABC, o Diretório Central dos Estudantes cumpre a função de promover atividades de integração, sociais, políticas e culturais, ao lado dos diversos coletivos, entidades e organizações estudantis. Assim como a AXIS promove integralmente o esporte no interior de nossa universidade. Sem essas entidades, a UFABC não teria a vida e participação ativa dos estudantes na sua construção e consolidação.

Este conselho reconhece, portanto, a legitimidade e autonomia das entidades estudantis na garantia da gestão democrática da universidade, assim como as atividades que autofinanciam as práticas sociais, culturais e esportivas dos estudantes e determina:

1. A formação do Grupo de Trabalho para estudar e apresentar alternativas de consolidação legal do espaço físico das entidades e das atividades de autofinanciamento. Este GT será composto por membros deste Conselho/indicados, com paridade entre as categorias e de gênero. O prazo de apresentação dos trabalho do grupo é xx de xxx de 2018, em sessão.

2. que as atividades das entidades estudantis serão garantidas, com a normalização total e imediata da energia elétrica e pontos de internet no espaço até a entrega do resultado dos trabalhos do GT eleito.



Universidade Federal do ABC

Anexo III

Moção sobre a proposta do novo PPI

O CONSELHO DO CENTRO DE ENGENHARIA, MODELAGEM E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, reunido no dia 09/10/2017, analisando o impacto que a aprovação do novo PPI terá nos cursos de formação específica, vem solicitar a retirada de pauta desse item, permitindo que esse assunto seja melhor discutido nos Conselhos de Centro e na Comissão de Graduação.

A proposta do novo PPI prevê que cada curso de formação específica possa ter no máximo 75% de créditos obrigatórios. Atualmente nenhum dos oito cursos de engenharia atende a esses percentuais, além do curso de economia. Tratam-se de profissões regulamentadas por Conselhos que dão atribuições profissionais vinculadas às disciplinas obrigatórias específicas de cada curso. Para manter as atribuições profissionais mínimas a nossos egressos, teríamos que aumentar o número de créditos totais dos cursos, o que contrariaria também as diretrizes institucionais de que os cursos devam ter o número mínimo de horas exigido.

Ressalta-se também que está em curso um processo de alteração do número de disciplinas obrigatórias dos bacharelados interdisciplinares (de 47 para 35% no caso do BC&T). Mesmo que isso ocorra e disciplinas que atualmente são obrigatórias no BC&T deixem de sê-lo, essas ainda poderão ser mantidas como obrigatórias nos cursos, fazendo parte dos 75% obrigatórias, mesmo não conferindo nenhuma atribuição junto aos Conselhos.

Paralelamente a isso, o MEC está revendo as diretrizes curriculares das Engenharias, o que também deverá impactar no conjunto de disciplinas consideradas obrigatórias.

VIII Reunião Ordinária, 09 de outubro de 2017.